

ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA
TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA
LEGISLATURA, EM 14-11-2019.

Aos quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga e Professor Wambert. Constatada a existência de quórum, a Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cláudio Janta, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Foi apregoadado o Processo SEI nº 053.00084/2019-57, de autoria de Valter Nagelstein, informando, nos termos do artigo 227, § 6º, do Regimento, sua participação em reuniões com Hamilton Mourão, Vice-Presidente da República, nos dias quatro e cinco de novembro do corrente, em Brasília – DF. A seguir, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, destinado a debater o trabalho desenvolvido pela Delegacia de Polícia de Proteção do Idoso de Porto Alegre. Em continuidade, a Presidente concedeu a palavra a Cristiane Pires Ramos, delegada titular da Delegacia de Polícia de Proteção do Idoso de Porto Alegre, que se pronunciou acerca do tema em debate. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Adeli Sell, Airto Ferronato, Comandante Nádia, Alvoni Medina, Mendes Ribeiro, Lourdes Sprenger, Aldacir Oliboni, Dr. Goulart e Hamilton Sossmeier. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Adeli Sell, Airto Ferronato, Dr. Goulart e Mônica Leal. Após, a Presidente concedeu a palavra, para considerações finais, a Cristiane Pires Ramos. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e cinquenta minutos às quinze horas e cinquenta e dois minutos. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 020/19, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 014/19 e a Mensagem Retificativa ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/19; em 2ª sessão, o Projeto de Resolução nº 044/19. Às quinze horas e cinquenta e três minutos, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell, Mônica Leal, Mendes Ribeiro e Lourdes Sprenger e secretariados por Alvoni Medina. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima sessão.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo o processo SEI nº 053.00084/2019-57, de autoria do Ver. Valter Nagelstein, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação em reuniões com o General Hamilton Mourão, Vice-Presidente da República, nos dias 4 e 5 de novembro de 2019, em Brasília.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a tratar do trabalho desenvolvido pela Delegacia de Proteção do Idoso de Porto Alegre, trazido pela Sra. Cristiane Pires Ramos, delegada titular.

A Sra. Cristiane Pires Ramos está com a palavra.

SRA. CRISTIANE PIRES RAMOS: Boa tarde a todos. Sou delegada titular da Delegacia do Idoso de Porto Alegre. Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a presença da Dra. Clarissa, juíza corregedora, presidente do Comitê Interinstitucional do Idoso aqui de Porto Alegre, do qual fazemos parte; agradecer ao Ver. Alvoní Medina por nos proporcionar este momento de fala sobre um tema que me é tão caro, e cumprimentar a Presidente Mônica Leal, em nome de quem cumprimento as demais autoridades presentes; nossa querida Ver.^a Comandante Nádia, nossa parceira pelos direitos dos idosos aqui de Porto Alegre, então estendo meus cumprimentos a ela. Foi-me dada a função de apresentar essa delegacia da qual sou titular há cerca de 10 meses. A Delegacia do Idoso, hoje, é parte do Departamento Estadual de Proteção a Grupos Vulneráveis; a Polícia Civil tem, desde dezembro de 2018, um departamento específico para cuidar de grupos vulneráveis, entre os quais se incluem o idoso, a proteção à mulher, à criança e ao adolescente vítima, e assim o adolescente infrator, e questões relativas a crimes de intolerância e crimes de ódio.

A Delegacia do Idoso existe desde 1994, está instalada no Palácio da Polícia desde 2014. A partir de 2018, passou a ser uma delegacia totalmente acessível, diferenciando de muitas delegacias e de muitos órgãos públicos. Nós temos um acesso, cadeira de rodas disponível para os idosos, rampas de acesso, portas acessíveis a pessoas portadoras de necessidades especiais, isso tudo demonstra um atendimento diferenciado que a gente pretende dar enquanto órgão público.

Quando eu assumi a delegacia, verifiquei que, dentre as atribuições, nós tínhamos, além dos crimes comuns, todos aqueles crimes como atribuição exclusiva, previstos no Estatuto do Idoso, e verificamos vários tipos de violência praticada contra os idosos: violência física, maus-tratos, lesão corporal, violência psicológica, também referindo a maus-tratos praticados, muitas vezes, no âmbito familiar, violência financeira. Verificamos a ocorrência dos mais diversos golpes praticados contra idosos, como, por exemplo, o golpe do bilhete, que é muito antigo e que, infelizmente, faz vítimas toda semana em Porto Alegre; o golpe do soldado americano praticado por rede social, principalmente contra idosas mulheres que muitas vezes estão carentes e acabam caindo nessa conversa e acabam depositando altos valores, muitas vezes todo o valor que elas tinham juntado ao longo da vida, enfim, diversos golpes, a violência sexual também, o que me surpreendeu bastante ao verificarmos que existe muita violência sexual praticada contra idosos. Verificamos também que essa violência é familiar e doméstica: familiar, sim, praticada, muitas vezes, pela própria família, e doméstica, quando praticada por pessoas que, embora não tenham laços sanguíneos, estão na mesma residência e deveriam ter o dever de cuidado para com o idoso. O idoso sofre violência por inúmeros fatores de risco, o principal deles é o isolamento social: o idoso que está em casa, que não participa de nenhuma atividade que, muitas vezes, é fornecida pelos órgãos públicos, está em casa, isolado, não tem para quem falar, não tem com quem comentar o que sofre e é vítima. A vulnerabilidade dele não só em razão da idade, mas, muitas vezes, em razão desse isolamento é algo latente.

A par de todo o tipo de violência que nós mapeamos, nós entendemos a necessidade de qualificar o atendimento, sobretudo o atendimento inicial, quando esse idoso consegue romper o silêncio e procurar um órgão público, é necessário que o policial saiba atender esse idoso, que tenha a capacidade de acolher o idoso e tratá-lo não com infantilização, dando credibilidade ao que ele está falando, porque, muitas vezes, ele tem que romper o silêncio e a própria questão de romper com a própria família, quando ele vai até a delegacia acusar um filho, quando ele está se apropriando da sua própria aposentadoria; acusar um neto que, em uso de drogas, o está maltratando, que está tentando se apropriar dos bens dele. É uma violência invisível, pois não sabemos o que acontece entre as paredes de uma casa. Então, verificamos a necessidade de trabalhar, sobretudo, a prevenção. Aí trabalhamos a prevenção de diversas maneiras, seja com estes momentos de fala para que possamos falar sobre esse tipo de violência que as pessoas têm como invisível e que, muitas vezes, é incomodo falar. O idoso, mesmo em lares com excelentes condições financeiras, muitas vezes é tido como alguém que não é mais necessário à família e é colocado lá naquele quartinho dos fundos. Quantas vezes recebemos denúncias de violência, vamos verificar no local, e encontramos o idoso, o avô lá na casinha dos fundos, ou no quartinho dos fundos, para não atrapalhar, somente é importante a sua aposentaria, que muitas vezes é responsável por assegurar a subsistência daquela família, mas ele está lá, como alguém que só serve para isso, tem que ser mantido vivo pelo valor financeiro que ele traz para a família. Começamos a falar cada vez mais disso, uma das ações que começamos a fazer foi a Delegacia do Idoso nas ruas. Nos meses de junho e outubro, estivemos durante todo o

dia dando atendimento e falando sobre a prevenção dos golpes financeiros, sobre a prevenção da violência familiar, ali no Largo Glênio Peres, onde nós temos um número grande de pessoas transitando, sejam idosos ou não, para que essas situações em relação à prevenção de golpes possam chegar aos seus ouvidos. Participamos de inúmeras palestras, em rodas de conversas, em hospitais, em universidade, com foco na preparação do pessoal de enfermagem e de assistência social para que eles consigam, então, identificar vítimas em potencial, vítimas que estão hospitalizadas e que, eventualmente, tenham aquela única chance de ter um atendimento por um profissional da saúde longe dos seus familiares e ali, talvez, fazer uma denúncia, explicando que todas aquelas marcas roxas que ele tem no corpo têm uma razão; explicar que ele está desnutrido por uma razão, porque não lhe é oferecida a comida; explicar que ele está doente porque não alcançam os remédios no tempo devido e da maneira como o médico prescreveu, ou, então, porque ele é supermedicado para ficar quietinho no seu canto. Enfim, é importante que a gente sempre prepare profissionais que atendam idosos, e a gente faz muito isso nessas rodas de conversa e palestras.

Outra situação que verificamos para melhorar nosso atendimento, sobretudo em razão dos poucos recursos humanos e financeiros que nós temos hoje na delegacia e que é uma realidade em toda a segurança pública, são os convênios. E aqui na presença da Dra. Clarissa, nós vínhamos conversando, já estamos em vias finais de assinar o nosso Termo de Cooperação com o Cejusc 60+ do Poder Judiciário, que é uma iniciativa de conciliação específica para o público idoso. O idoso que procurar a delegacia de polícia com situações que vão além da situação criminal, muitas vezes o idoso vai lá nos buscar em razão de que se sente abandonado ou está numa situação de abandono pela família, ele precisa também que seja verificada a situação da prestação de alimentos por parte dos filhos, porque os filhos têm essa obrigação para com os pais de prestar alimentos na velhice. Então nós podemos encaminhar esse idosos, a partir desse Termo de Cooperação, diretamente para um atendimento imediato no Cejusc 60+, para que possam ser chamados os filhos e possa haver uma conciliação em relação a isso. Também há o idoso endividado, que contrai muitos empréstimos consignados, muitas vezes ele nem sabe, pois foi alguém da família que contratou o empréstimo, e, com esse Termo de Cooperação, ele também vai poder ter esse atendimento. Outro convênio que estamos gestando é o NAPI 60+, o Núcleo de Acolhimento a Pessoas Idosas, que vai contar com profissionais de assistência social e psicológica para fazerem uma triagem inicial e darem um primeiro atendimento ao idoso. O idoso vê a delegacia, muitas vezes, como um grande balcão de informações e nos procura com inúmeras demandas que não são criminais. É importante que nós tenhamos profissionais multidisciplinares para darem esse atendimento correto para, muitas vezes, encaminharem a núcleos de assistência social ou a um profissional de psicologia que possa quebrar essa resistência do idoso em denunciar a sua família quando ele é vítima.

Temos finalmente um projeto de atendimento domiciliar que recém foi aprovado pelo Fundo de Reconstituição de Bens Lesados, do Ministério Público. Ficamos em primeiro lugar nessa concorrência e conseguimos a aprovação de um valor expressivo para a aquisição de uma viatura e equipamentos de informática portáteis, a

partir dos quais nós pretendemos prestar atendimento domiciliar para o idoso que não tem condições de se deslocar até a delegacia. Esse projeto deve ser implementado no ano que vem, e, a partir daí nós vamos poder ir até a casa, fazer a oitiva, fazer reconhecimentos para o idoso que não tem condições de se deslocar para poder ter esse direito, que é previsto inclusive no Estatuto do Idoso, de não precisar se deslocar a um órgão público.

Para além desses projetos e do trabalho de prevenção, eu destaco sobretudo as duas últimas operações em geriatrias realizadas pela Delegacia do Idoso. A primeira delas que quero destacar é relativa a uma operação de combate a crimes patrimoniais, onde nós verificamos uma geriatria de bom padrão, onde não havia maus-tratos, onde não havia nenhuma situação gritante em que uma das idosas interna do local teve seu patrimônio completamente dilapidado. Ela vendeu o único imóvel que tinha por R\$ 200 mil, ficou com cerca de R\$ 170 mil, devido a outros custos, na poupança, e esse era o valor que ela tinha para usar ao final de sua vida. Ao longo de quatro ou cinco meses em que ela esteve nessa geriatria – quando dormia deixava o cartão com a senha no roupeiro –, mais de R\$ 168 mil foram gastos da conta dela. Quando a família se deu conta, tirou um extrato e verificou que ela tinha R\$ 87,00 na conta, começou a procurar onde estavam esses gastos e descobriu inúmeras aquisições de eletrodomésticos, de quatro televisores de 65 polegadas, três fornos; aquisições expressivas de cosméticos, perfumes. Numa tarde se gastava R\$ 1 mil, R\$ 2 mil em uma loja com esse cartão da idosa. Então, a família nos procurou, trouxe toda essa prova, nós instauramos um inquérito para investigar essa situação e conseguimos efetivamente recuperar parte desses bens que eram usados nas casas dos proprietários. Quando chegamos, a casa deles era equipada com esses bens adquiridos com o cartão da idosa. A idosa era muitíssimo bem tratada na clínica obviamente, até a família não sabia o que faria com a idosa depois disso, porque era muito bem tratada, afinal, ela sustentava a clínica, sustentava todas as compras de supermercado, de farmácia, inúmeras compras, numa certeza absurda da impunidade. Saques quase diários no limite de saques de R\$ 1,5 mil. E, assim, em quatro, cinco meses, conseguiram todas as economias de uma vida.

A segunda operação de maior destaque foi a que contou com a participação efetiva e essencial da Prefeitura de Porto Alegre, da FSC – e agradeço o entendimento que tivemos pelo secretário municipal Rafão Oliveira, que nos auxiliou a que isso fosse tornado efetivo. Nós nos deparamos com uma geriatria clandestina, aliás, com duas geriatrias clandestinas em que os idosos estavam sendo tratados como bichos. Acredito que muitos de vocês podem ter acompanhado essa situação, porque teve uma grande cobertura da mídia. Eu optei em não apresentar fotos porque eu acho que são fotos bastante chocantes do que nós vimos lá. Mas basicamente eram idosos desnutridos, idosos dormindo em poças de urina, de fezes; idosos sem nenhum tipo de atendimento; idosos desidratados; medicamentos jogados em mesas à disposição de qualquer um; idosos que passavam a noite – isso chegou a gerar um flagrante – sendo cuidados por um paciente psiquiátrico; sim, porque pacientes psiquiátricos estavam junto com esses pacientes idosos. Nessa oportunidade, nós conseguimos sensibilizar o Judiciário para realizar um mandado de busca noturna nesse local, chegamos lá de madrugada e nos

deparamos com essa situação. Aí precisamos, sim, além da nossa atribuição criminal de fazer prisões e de investigar e instruir um inquérito de maus tratos e de cárcere privado, resolver efetivamente. Conseguimos sensibilizar os setores da Prefeitura municipal, o SAMU, a FASC, a secretária Nádia participou também desse resgate e, em poucas horas, organizamos uma operação de resgate àquelas 18 vidas. Algumas pessoas amarradas, sem nenhuma prescrição médica para isso, naquele local também encontramos pessoas com alimentação enteral, com soro, pendurados em janelas, pegando sol; uma situação extremamente degradante e que nos chocou demais. A partir disso, conseguimos o SAMU, que fez um trabalho excepcional resgatando, tirando e levando para o hospital a maioria dos idosos que estavam lá, que precisaram permanecer vários dias em ambiente hospitalar, dada a situação de saúde em que se encontravam. Na verdade, muitas fotos e muitos vídeos daquele local circularam, e a gente teve oportunidade de falar muito sobre isso e, a partir dessa operação, passamos a receber cada vez mais denúncias de clínicas clandestinas. Embora a Polícia Civil não tenha essa atribuição de fiscalização, temos a atribuição em relação aos crimes que ocorrem lá, estamos cada vez mais melhorando esse protocolo de atendimento, fazendo diversas reuniões com o secretário Rafão no sentido de melhorar e de termos uma maneira de coibir esse tipo de atuação aqui em Porto Alegre. De fato, essa operação rendeu algo que hoje não é tão comum, nós todos sabemos a dificuldade que é mantermos alguém preso no Brasil, e mantemos os dois proprietários dessa clínica presos preventivamente ainda, e vão responder por diversos crimes, inclusive talvez até de organização criminosa, pelo que se desenhou na situação ali.

Portanto, volto a agradecer por este espaço para poder apresentar um pouco do nosso trabalho. Nós somos, ali, 12 policiais, atendemos todo o Município de Porto Alegre com apenas quatro viaturas. Temos bastante dificuldade em dar esse atendimento e precisamos, no universo de ocorrências que nós temos – e no ano passado tivemos quase 18 mil ocorrências envolvendo vítimas maiores de 60 anos –, infelizmente muitas vezes precisamos escolher o que é mais grave, porque a gente não consegue, com os nossos recursos, ou melhor, com a falta deles, dar conta de tudo. De modo que eu agradeço muito a possibilidade e sempre me utilizo desses momentos de poder falar, porque as pessoas, às vezes, não querem encarar a violência contra o idoso, só que nós estamos numa das capitais que mais idosos tem no País. Nós estamos num momento que, desde o mês de outubro, passamos a ter mais idosos aqui do que temos crianças e jovens. Então a violência contra o idoso, os atendimentos, as políticas públicas para os idosos, elas precisam ser pensadas e ações mais efetivas precisam ser tomadas em relação a esse público. Afinal, se tudo der certo, todos nós vamos chegar a este momento em nossa vida e precisaremos que a sociedade, o Estado e o poder público olhem para o idoso de uma maneira diferente, olhe para o idoso como alguém que merece respeito, que doou a sua vida, que já laborou e que merece ter um descanso digno. Agradeço a oportunidade a todos vocês. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Convidamos a Sra. Cristiane Pires Ramos a fazer parte da Mesa.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações e, após, prossegue a sua manifestação em Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sra. Presidente, Ver. Mônica Leal, Delegada Cristiane Pires Ramos, bem-vinda, excelente colocação, nossos visitantes aqui presentes, todos bem-vindos nesta tarde importante, para discutir a temática do idoso. Infelizmente, o Brasil, e de modo especial, os Parlamentos, os Executivos e até mesmo, eu diria, o Judiciário, não se prepararam para o mundo atual, o tema da longevidade e, ao mesmo tempo, os problemas da saúde pública para os idosos em geral. Ontem ainda, circulando na Feira do Livro, pude comprar um livro sobre essa temática a que tenho me debatido com o Ver. Alvoni Medina, nosso colega aqui, Freitas, Ferronato e outros vereadores, Oliboni, Cassiá, para discutir a temática do idoso.

Nós temos um Conselho Municipal do Idoso, operante, participativo. Na segunda-feira vamos discutir um projeto de lei que tenta mexer nos fundos municipais, o que é um equívoco – é um equívoco! O Fundo Municipal do Idoso em Porto Alegre, delegada, tem arrecadado uma quantia razoável de recursos para políticas públicas e para dois programas importantes do governo municipal e que não são bancados pelo Executivo; seria tarefa do Executivo, mas o dinheiro é do Fundo Municipal do Idoso, que disponibilizou uma parcela para o caixa central, para o Executivo. Isso as pessoas têm que saber. É preciso discutir, é preciso explicar essas questões. Hoje, no Centro Histórico de Porto Alegre, nós temos em torno de 40% de pessoas acima de 60 anos, nós temos dezenas e dezenas de pessoas que são septuagenárias. Se nós formos ao posto de saúde Santa Marta, vamos ver que o telefone que é disponibilizado para fazer as marcações de consulta, das 16h às 17h, para idosos acima de 85 anos, não tem jeito! É preciso olhar, Alvoni, para essa temática, o atendimento ao idoso. Isso que a delegada Cristiane trouxe acerca das clínicas é o grande problema da atualidade não só em Porto Alegre, mas no País, porque as famílias não estão devidamente preparadas para tratar e cuidar do idoso, é exatamente isso que a delegada Cristiane colocou. Há idosos sendo explorados por familiares. Eu conheço uma instituição na Zona Sul de Porto Alegre, que tenho olhado com carinho, e vejo que é um depósito de pessoas idosas, as pessoas que estão trabalhando lá se dedicam, mas não há condições para isso.

Tem uma outra temática, delegada, que eu peço que a delegacia, as autoridades olhem com carinho: a questão dos cursos de cuidadores. Eu posso citar aqui a professora Themis Dovera, que, junto com um grupo de pessoas, faz um trabalho maravilhoso e exemplar na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e nós temos conversado. O pessoal do Crefito esteve aqui, inclusive a irmã dela é vinculada ao Crefito, a Maria Teresa, e nós conversávamos sobre a questão da fisioterapia, da terapia ocupacional, para que a gente tente cuidar. Há uma tentativa, inclusive, desse grupo que eu falo de criar uma cooperativa de cuidadores que tenha um código de ética e postura, que tenha procedimentos, que tenha um verdadeiro *compliance*, ou seja, jeito de ser, de fazer, de conduzir. Ver. Aldacir Oliboni, V. Exa. tem trabalhado essas questões ao

longo dos anos aqui na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, tem focado muito na questão da saúde. Eu volto, delegado, ao tema curso de cuidadores. Nós abrimos uma discussão com a Secretaria Municipal de Saúde, com o pessoal da vigilância, para que esses cursos tenham – para serem válidos, para que tenham os cuidados adequados – um aval da Secretaria Municipal de Saúde, como alguns cursos de massoterapia e correlatos; algumas pessoas com quem eu discuto já têm esse aval. Eu conheço bem o pessoal da Secretaria de Saúde que trata dessa questão, são profissionais altamente qualificados, poderão nos dar uma garantia mínima de que um curso desses é algo controlado, feito por profissionais. Imaginem, senhoras e senhores, um curso de cuidador de algumas horas, e eu encontrei papeluchos pregados no Terminal Triângulo! Qual a garantia de que ali tem um profissional? E mais: um curso de cuidador tem que começar com uma aula de relacionamento humano, tem que discutir o outro, um pouquinho de filosofia clássica. Kant dizia que é importante olhar a alteridade, olhar o outro, porque mesmo as pessoas com boa vontade, às vezes, não conseguem ver o idoso como o outro, porque não conseguem fazer essa empatia, não conseguem se colocar em seu lugar. De fato, trabalham a questão da infantilização. Com o idoso, não é preciso gritar. Minha mãe tem 85 anos e tem a audição perfeita. Claro que tem idosos que a gente tem que ver se não é o caso de usar um equipamento, mas aí nós temos que ir atrás desse equipamento, não podemos ficar gritando. Idoso, às vezes, quer ter autonomia, nada como uma bengala; às vezes é mais edificante, é para sua autoestima, caminhar com uma bengala é mais importante do que às vezes dar o braço – e, eventualmente, tem que dar o braço. Há pessoas que têm insegurança, que poderiam pegar um táxi e sair de casa, mas têm dificuldade de sair e precisam ter alguém que cuide. Ademais, nós fizemos todo um trabalho, ultimamente no Centro Histórico, sobre a questão das calçadas. Acho que, em alguns casos de quedas que aconteceram, que eu presenciei, seria o caso de abrir uma ação civil pública no Ministério Público, Ver.^a Cláudia, que está atenta e que tem um trabalho social, poderá falar com conhecimento de causa, talvez, muito mais do que eu. Mas eu estou em busca da escuta, do conhecimento, porque nós já temos esse ponto de virada, em que nós vamos ter mais idosos do que crianças e adolescentes. Acho que de 1990 para cá nós caminhamos bem, temos o ECA, o Estatuto da criança e do Adolescente, ou seja, enterramos o Código de Menores, evoluímos, temos delegacias há mais tempo. Agora é a vez do idoso, é esse o momento adequado, e nesta quinta-feira acho que nós estamos aproveitando bem esse tempo para que possamos dialogar, quiçá no ano que vem, nós possamos ter ouvido na Comissão de Saúde, na Comissão de Direitos Humanos, porque tem a questão do direito, da dignidade humana estar inserida no Capítulo V da Constituição, mas muitas vezes está apenas inserido, tem que ter validade, tem que ter exigibilidade, tem que ter a prática.

Portanto, Ver.^a Mônica, encerro, usando o tempo de Comunicações, mais a liderança do meu partido, o Ver. Oliboni, que é meu colega de bancada, para expor, minimamente essas questões que têm nos tocado na alma, e é preciso que as coisas nos toquem na alma, para podermos entender o outro: o idoso. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra em Comunicações e, após, prossegue a sua manifestação em Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Minha cara Presidente Mônica, fazer a nossa saudação à Dra. Cristiane Pires Ramos, a nossa delegada; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; a todos que estão conosco nesta tarde. Em primeiro lugar, quero trazer um abraço, cumprimentar a senhora Dra. Cristiane pelo trabalho que vem realizando aqui no Município de Porto Alegre.

Vereadora Mônica, vou falar às avessas sobre o tema. Sou servidor público há 45 anos, estadual hoje, fui federal, estou no Município. Hoje, pela manhã, vinha para cá ouvindo rádio e ouvi um senhor idoso, presidente de uma entidade empresarial, com relação ao pacote do governador Eduardo Leite. Esse senhor, presidente dessa grande entidade empresarial, disse que o governador estava de parabéns, os deputados tinham que ser corajosos, tinham que aprovar o projeto do governo e não ouvir as corporações porque a salvação da lavoura é o projeto do pacote do governo – um senhor idoso, por isso o tema está dentro do assunto. A senhoras sabem, minha cara delegada, minha cara Presidente, que esse senhor esteve aqui na Câmara, quando nós discutimos a atualização do IPTU, dizendo que se votasse a favor do reajuste do IPTU, mas que tirasse os associados dele pela relevância do serviço que prestam a Porto Alegre. Então, aumentar IPTU para os outros e reduzir o dele. São essas autoridades empresariais que têm coragem de ir para a imprensa dizer que os deputados não podem ouvir as nossas corporações. Primeiro assunto. Segundo, sou servidor público, repito, e sei das dificuldades que temos com relação às estruturas, e ontem nós discutimos aqui o fim, terminar com a carreira, com o trabalho dos guardadores de automóveis, de muitos homens pobres, mulheres pobres e que atuam guardando automóveis de gente séria. Sabem o que eu ouvi dizer a partir desta tribuna: “não, porque nós não podemos distinguir quem é bom de quem é ruim; então, termina para todo mundo”. E para coroar com um absurdo maior, o Presidente da República, num canetaço, terminou com a atividade de guardador de automóvel, que estava regulamentada e que era o nosso trunfo. Vereadora Mônica, ontem à noite, uma senhora idosa me ligou pedindo o seguinte: “Ferronato, amanhã, o que o senhor acha, trabalhamos ou não?” Eu digo: “tem que trabalhar, tem que sustentar os filhos”. E a terceira questão, a mais relevante no momento; em 2010, apresentei um projeto em Porto Alegre e tenho muito orgulho dele. Criamos, em Porto Alegre, o Fundo Municipal do Idoso – foi proposta de minha autoria. Em 2010, Porto Alegre arrecadou, para a política de idoso pobre, R\$ 9.500; a partir da aprovação do projeto, Porto Alegre arrecada em torno de R\$ 10 milhões a R\$ 12 milhões. Então, o que acontece neste País? Nós declaramos Imposto de Renda, pegamos o nosso imposto e mandamos para Brasília. Vereadora Mônica, se depositássemos no fundo municipal, existe uma possibilidade de mais de R\$ 400 milhões no Rio Grande do Sul para depositar nos fundos, o cidadão não perde nada. O cidadão, em vez de pagar Imposto de Renda para a União, depositaria no Fundo Municipal do Idoso em Porto Alegre, para a criança em Porto Alegre. Vou fazer um

requerimento à Presidência, minha querida Presidente, que já há tempo queria fazer. A Câmara, através da Mesa Diretora e de V. Exa., de todas as instituições, as empresas, mas eu vou falar da Câmara, a Câmara poderia e, na minha visão, deveria encaminhar uma correspondência, uma mensagem para todo funcionário da Câmara Municipal de Porto Alegre para que depositem, até 30 de dezembro, uma parcela para o fundo – idosos, crianças – e, no ano que vem, quando fizerem a declaração, descontem do valor que vão pagar para Brasília. Ao invés de mandar o dinheiro para Brasília, vamos deixar aqui em Porto Alegre para o Fundo Municipal do Idoso. Eu acredito que seria uma bela oportunidade de contribuir com milhões de reais, em Porto Alegre, para o Fundo Municipal do Idoso. Também não vamos excluir outros fundos. É essa a conclamação aos servidores e aos vereadores da Casa para que façam essa contribuição.

Para concluir, quero trazer um abraço, agradecer, cumprimentar mais uma vez a delegada Cristiane pelo belo trabalho que se realiza ali na nossa Delegacia do Idoso. Um abraço a vocês, parabéns e obrigado pela presença de todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (MDB): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero dizer para vocês que o colega Ver. Alvoni foi muito feliz no dia de hoje trazendo, no período de Comunicações, um tema que é tão importante para a cidade de Porto Alegre. Em breve, a cidade de Porto Alegre será a capital com mais idosos no Brasil, e isso é uma condição que todos nós, mais cedo ou mais tarde, estaremos vivenciando, de também sermos idosos. E esta pauta não só diz respeito à saúde, como os vários casos que a delegada Cristiane aqui exemplificou. E faço uma referência especial sobre aquela clínica clandestina que foi estourada, onde era um verdadeiro circo dos horrores, a antessala de um cemitério. Ali idosos estavam amarrados, a medicação estava toda misturada, sem prescrição médica, remédios de tarja preta e vermelha, muitos remédios com a validade vencida e sem a especificação para qual idoso ministrar tal medicação. Quero fazer aqui, também, uma saudação especial ao secretário da Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes, que também cuida da questão dos idosos e teve uma atuação muito importante no desmonte dessa clínica clandestina. Sabemos que, infelizmente, existem várias clínicas clandestinas aqui em Porto Alegre, mas com a ação da Polícia Civil, especialmente da delegada Cristiane, da ação do secretário Rafão, através da Secretaria de Segurança Municipal; da nossa Secretaria, enquanto eu estava como secretária, e hoje está o secretário Fraga; da Guarda Municipal; da Secretaria da Saúde, e da FASC, obtivemos êxito e salvamos aqueles idosos. A partir dali, vieram muitas outras denúncias, porque as pessoas se sensibilizam com crianças e idosos, e não podemos deixar isso passar em brancas nuvens. Além da questão da saúde, é imperioso que estejamos falando, quanto aos idosos, sobre segurança. Sabemos que a segurança para os idosos é algo importante,

que eles são alvo por serem muito frágeis, tornando-se os preferidos dos criminosos, que querem dar o golpe pegando o cartão do benefício, ajudando na hora dos saques no banco. Os idosos são os mais vitimados aqui em Porto Alegre. Ter uma Delegacia do Idoso, delegada Cristiane, nos deixa muito felizes, porque vemos o interesse da Polícia Civil – e aqui mando um abraço a nossa chefe de polícia, delegada Nadine, que tem um olhar totalmente diferenciado e muito sensível para com os idosos, com as mulheres, com os mais vulneráveis, que é o que nós precisamos em Porto Alegre, ter empatia, nos colocarmos no lugar do outro para que aqueles que hoje estão sofrendo possam ser, Ver. Alvoni, amparados, acolhidos e protegidos pelo poder público, seja da área da Polícia Civil, da Brigada Militar, seja do Executivo municipal, ou seja, inclusive e especialmente, neste Legislativo, que aqui todos os vereadores têm como principal função fiscalizar o que está sendo feito na nossa cidade para com os idosos. Fiscalizar, propor novas políticas e mais do que isso, estar presente onde as coisas acontecem.

Então quero te dizer, Cristiane, conte comigo, especialmente não só aqui no Legislativo, mas como uma brigadiana ferrenha que tem, sim, no seu DNA, a salvaguarda daqueles que mais necessitam. E te parabenizar, assim como ao Ver. Alvoni, por toda a movimentação que é feita em torno dos idosos, protegendo, acolhendo e dizendo mais: que a nossa cidade é amiga do idoso. Muito obrigada pela oportunidade, vida longa à delegacia. Falando também, agora me lembrei, o secretário Fraga está aqui, na mobilização de um centro de referência para o idoso, onde vão ter todos os serviços, vai ter a delegacia, vai ter a promotoria, os direitos humanos, com o olhar específico para o idoso. Esse centro de referência do idoso está sendo construído, se Deus quiser, logo em breve, teremos um prédio e vamos botar essa ação que hoje está na idealização, está no sonho como uma realidade. Obrigada pela oportunidade e contem com a Comandante Nádia.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Alvoni Medina está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Boa tarde a todos e a todas, público que nos assiste pela TVCâmara, nossa delegada Cristiane Ramos, gostaria de parabenizá-la pelo trabalho excelente que a senhora tem feito, juntamente com sua equipe, na Delegacia do Idoso. Nós nos conhecemos ali na delegacia, buscando também um apoio para a construção, como a Comandante Nádia falou, do centro de referência do idoso, que é um projeto nosso, de indicação, para o governo Marchezan, juntamente com os secretários, já estamos vendo o local onde será colocado o centro de referência para o idoso exatamente para que tenha essa assistência, para que o idoso seja acolhido nesse centro, e, através dele, o idoso possa ser direcionado para onde tem que ir, para o que ele precisa. É fundamental esse trabalho, e sabemos que os idosos de Porto Alegre precisam exatamente de alguém que, realmente, esteja ao seu lado, que faça políticas públicas. Eu, como presidente da Frente Parlamentar do Idoso aqui na Casa, também

nos colocamos à inteira disposição da Delegacia dos Idosos, porque sabemos da luta, das dificuldades que têm acontecido e dessa guerra de vocês em buscar essa libertação dos idosos. Infelizmente, como a senhora estava falando aqui, há pessoas aproveitadoras. A própria família tem escravizado esse idoso, deixando-o de lado. Hoje, parece que os idosos não têm valor nenhum para muitos, mas eles fazem parte da nossa cidade, que tem que ter um olhar mais carinhoso, mais criterioso para eles, que são mais de 240 mil só na cidade de Porto Alegre, que é a cidade que mais idosos tem no Brasil. Nós não podemos, como vereadores principalmente, ficarmos de braços cruzados vendo os nosso idosos sendo infelizmente maltratados, humilhados, muitas vezes espancados pela própria família. Também aí fora, se vê como eles são deixados de lado: nos mercados, nos bancos... Muitas vezes eu fico revoltado quando vou aos lugares públicos e não encontro a prioridade para o idoso, vejo falta de acessibilidade, às vezes não conseguem nem chegar a algum lugar.

Está de parabéns a Delegacia do Idoso, a sua equipe, todos que fazem parte dessa equipe. A senhora estava falando da situação em que os idosos pagam os seus familiares, e a gente tem visto isso acontecer na cidade de Porto Alegre. Pode contar conosco, com o nosso gabinete, com a nossa assessoria. O que a senhora precisar da Frente Parlamentar em Defesa da Pessoa Idosa, a gente está à disposição para juntos buscarmos mais políticas públicas, buscar mais apoio para os idosos de Porto Alegre. Que Deus lhe abençoe, vida longa à nossa Delegacia do Idoso. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB): Boa tarde, Presidente, Ver.^a Mônica Leal; colegas vereadores; público que nos acompanha nas galerias e pela TVCâmara. Quero cumprimentar a delegada Cristiane Pires Ramos e parabenizar pelo trabalho. A gente escutou a explanação e o trabalho que é realizado pela delegacia, imaginem, com o trabalho realizado pela delegacia já ocorre esse número de registros, de ocorrências, de violência ao idoso, se não tivesse a delegacia.

Eu sou suspeito para falar deste tema do idoso, está aqui o colega, Ver. Ver. Alvoní Medina, que tem um trabalho fantástico na Frente Parlamentar do Idoso, sabe fazer a frente funcionar, trabalha políticas públicas e é isso que a gente precisa. Muita gente acha que políticas públicas para idoso é isenção, isenção em passagens, isenções em ingressos. O cuidado ao idoso vai muito além disso, é carinho, é amor, é atenção e, principalmente, respeito. Eu ouvi a Ver.^a Comandante Nádia falar do Centro de Referência do Idoso, o meu sonho, como vereador de Porto Alegre, é ver uma cidade preparada para esse envelhecimento que é um fato concreto que nós vamos ter, daqui a um tempo, um maior número de idosos, é ter um Centro de Referência, é ter um hospital de atenção ao idoso, é ter calçadas decentes. Enfim, a gente precisa ter um olhar mais atencioso, mais cuidadoso para o idoso. Eu não tive a oportunidade de ver o

meu pai e minha mãe idosa e gostaria que todos tivessem o direito de conseguir ver os seus pais idosos, porque é uma forma de carinho, de retribuir tudo aquilo que recebemos na nossa vida. É uma benção divina poder envelhecer, e tomara a Deus que todos possam, aqui, envelhecer.

O que me traz a esta tribuna, delegada, é que o nosso papel, claro, é fiscalizar, é fazer as leis na nossa cidade, mas o mais importante é fazer com que essas leis sejam cumpridas. O art. 19 do Estatuto do Idoso estabelece que os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra idosos serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade sanitária, bem como serão obrigatoriamente comunicados por eles a quaisquer dos seguintes órgãos: autoridade policial; Ministério Público; Conselho Municipal do Idoso; Conselho Estadual do Idoso; Conselho Nacional do Idoso. Eu fiz um projeto de lei, que foi aprovado por esta Casa, hoje é a Lei nº 12.499, que faz uma complementação ao Estatuto do Idoso. Além da determinação do art. 19 do Estatuto do Idoso, a lei municipal diz (Lê.): “Determina que os hospitais públicos e privados, as Unidades Básicas de Saúde e as Unidades de Pronto Atendimento localizados no Município de Porto Alegre devem comunicar aos órgãos municipais da Administração Direta e Indireta responsáveis pelo planejamento e execução da política de assistência social as ocorrências de atendimento às pessoas idosas vítimas de violência”. Então, a agressão, a violência ao idoso é mais do que uma questão policial e penal, é uma questão social no nosso Município de Porto Alegre. Eu faço aqui esse registro porque é uma lei importante e temos que fazer cumprir. Eu peço a tua colaboração, a tua ajuda para que possamos, realmente, desenvolver esses dados no Município de Porto Alegre. Para que possamos atender e fazer políticas públicas concretas, temos que ter dados importantes. Essa lei do Município de Porto Alegre vai fazer com que tenhamos mais clareza nos dados das agressões contra os idosos. Cá para nós, a maioria das agressões ficam dentro de casa, no ambiente familiar.

Mais uma vez, os meus cumprimentos, parabéns pelo trabalho. Conte conosco no que pudermos auxiliá-la no teu trabalho, somos parceiros para isso. Muito obrigado. Boa tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, venho a esta tribuna cumprimentar a delegada Cristiane Pires Ramos, da Delegacia de Proteção ao Idoso de Porto Alegre, uma pauta do Ver. Alvoní Medina, que tanto tem se empenhado nesta causa, junto ao Ver. Mendes Ribeiro, que já tem uma lei aprovada e sancionada. Quero dizer da importância que é o trabalho da Delegacia do Idoso e dos últimos resultados que se tem divulgado na mídia e quanto é sério esse problema do idoso albergado. Lembro dos tempos quando se

iniciaram as creches infantis, quantos problemas ocorreram, quantas ações foram realizadas e quantas pessoas acabaram em delegacias. Eu vejo hoje a necessidade de albergagens, porque as famílias, além de pequenas, não disponibilizam tanto tempo para se dedicarem ao idoso em casa e acabam levando-o para uma casa de albergagem, hotelaria, casa de idoso ou creche de idoso. Mas a minha preocupação, que não é de agora, é justamente como essas clínicas, essas casas estão funcionando. Como estão os alvarás? Muitas vezes o alvará provisório é um, mas o alvará da vigilância sanitária é outro? E isso é muito importante, porque abre-se uma casa para albergagem comum, de repente já temos pós-operatório, sem as devidas instalações, sem médicos responsáveis. Tenho até um assunto encaminhado na Prefeitura de um bairro que tem mil e poucas moradias e tem uma casa dessas a cada quarteirão. Não detectamos nenhuma irregularidade, mas eu acho que também sobrecarregar um bairro com uma série de casas de idosos, isso vem me lembrar o tempo em que começaram creches e mais creches em todas as esquinas e muitas foram fechadas. Nesse mesmo bairro já há uma denúncia que está sendo investigada sobre maus-tratos aos idosos. Isso é muito comum e a gente tem que trazer à realidade, de ficarem com o cartão do idosos, de receberem a indenização do idoso e não darem o tratamento adequado, a alimentação, a própria hospedagem. A gente faz algumas visitas onde há alguns familiares de amigos e a gente tem visto que é importante a fiscalização da área da Vigilância Sanitária, da licença, do alvará. E à delegacia, nos casos mais graves, se leva todo um conjunto de informações para que isso tenha bons resultados na proteção daqueles que, muitas vezes, não têm voz para se defenderem. Parabéns à pauta e parabéns, delegada Cristiane.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu estava ouvindo atentamente o início da nossa sessão, quando a delegada Cristiane, Ver. José Freitas, Ver. Alvoni Medina, Ver. Hamilton Sossmeier, colocou o trabalho desenvolvido pela Delegacia de Proteção ao Idoso de Porto Alegre. Estava avaliando e pensando muito no tempo em que fiquei na Assembleia Legislativa como deputado estadual. Lá nós tínhamos alguns temas que eram muito discutidos, nobre delegada Cristiane, o dos idosos, dos desaparecidos e da violência contra a mulher. Poderíamos citar aqui outros temas que também são importantes. Mas na Assembleia haviam frentes que dialogavam com esses temas que são bem semelhantes, desde quando falamos na violência contra o idoso, e ela está também vinculada às clínicas geriátricas – aproveito para saudar o meu grande amigo Rogério, que foi nosso colega na PUC e está aqui presente, prestigiando esse debate –, nas delegacias especializadas na não violência contra a mulher, que têm aumentado muito, tanto do Estado quanto nos municípios, em função dos inúmeros feminicídios que acontecem; ao das pessoas desaparecidas, que infelizmente, para muitos, parece

uma coisa banal, mas ninguém imagina que mais de cinco mil pessoas desaparecem no nosso País todos os anos, e que mais de 50% não são encontradas. Se nós olharmos para o Rio Grande do Sul, aqui existem quatro locais considerados rotas de desaparecimento, na grande Porto Alegre, que envolvem desde crianças a idosos, na região da Serra, e também na fronteira, porque na maior parte dos adolescentes desaparecem na fronteira e, por incrível que pareça, são do sexo feminino, nesse sistema de exploração sexual.

Então, são três temas em que as políticas públicas, – por isso estou frisando aqui, nobre delegada Cristiane – têm que se preocupar, tanto estados como municípios. Os municípios poderiam criar coordenadorias, e o Estado e a União poderiam incentivar que os municípios criem delegacias, porque, na verdade, quando tu te sentes atingido ou agredido, tu tens que procurar um órgão do Estado para poder fazer a denúncia e abrir um processo de investigação, que muitas vezes não é feito. Isso serve para a violência contra o idoso, no caso, como também para desaparecimento do idoso, como também para as clínicas clandestinas, que, infelizmente, ao não estarem regularizadas, Dr. Rogério, acabam criando uma situação de desconforto, eu diria desumano. Porque essa clínica cujo caso foi relatado aqui era um verdadeiro absurdo, as pessoas imaginando que o familiar estava lá sendo bem atendido, e, além de estar muito mal atendido, estava sendo explorado, como o caso trazido aqui pela delegada Cristiane.

Eu acho que nós no Legislativo, como vereadores, ou até deputados estaduais e federais, temos que nos preocupar muito e quando, às vezes, votamos um projeto que pode ser uma indicação, pode ser um PL, muitas vezes os governos não têm essa sensibilidade de perceber. Quando criado o Fundo Municipal do Idoso, o governo tem que apoiar as iniciativas trazidas pelos conselhos municipais, seja do idoso ou sejam de outras áreas, para poder implementar políticas, senão esse dinheiro não é usado. Pouco resolve o Oliboni, o Freitas, os cidadãos darem dinheiro para o fundo municipal e ele não ser utilizado. Agora, o governo verificou que tem um dinheiro significativo, como é o caso do Conselho do Idoso, e quer ir lá e retirar para usar em outras rubricas. Desculpem-me, mas isso é lamentável! Mas há governos que pensam assim.

Nesse sentido, eu queria parabenizar a nobre delegada Cristiane, os vereadores José Freitas e Alvoní Medina, que indicaram este tema, e queria Deus que nós consigamos avançar na discussão e na implementação de políticas que vão na direção de proteção ao idoso, da criança, dos desaparecidos, da não violência contra a mulher e de tantos temas importantes da nossa cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra em Comunicações e, após, prossegue em Comunicação de Líder.

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Sra. Presidente, Ver. Mônica Leal, nossa visitante Cristiane, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, amigos que nos visitam e nos assistem pela TVCâmara; eu hoje estava preparado para falar sobre um assunto

parecido com esse. Então vamos soltar as coisas. Eu queria parabenizar a delegada Cristiane por esse trabalho que faz proteção. Vocês não imaginam que as doenças que vão acontecendo com os velhos, já que não os destroem, porque há agora medicações e tratamentos muito oportunos, os deixam, às vezes, com dificuldade de movimentos, traumatismos, paralisias, doença de Parkinson, como vem acontecendo comigo. Se, por acaso, nós não tivermos pessoas que tenham um carinho muito imenso pelo semelhante, parente ou não parente, é um sofrimento atroz que o velho passa, que o idoso passa, pastor, os dois pastores, que têm feito um trabalho tão bonito nesse sentido. Vocês não imaginam como sofrem as pessoas com a redução do seu movimento, dificuldade dos seus movimentos, dificuldade da ingestão de alimentos. E eu acho que é chegada a hora de nós termos um hospital para o idoso e para os homens. Nós temos o Hospital Fêmeina, que é para mulheres; temos o Hospital de Reumatologia – tínhamos até pouco tempo –, o de Ortopedia, o Conceição, mas nós não temos um hospital para homens. Os homens não estão operando a próstata porque onde é que se opera a próstata em Porto Alegre, meu querido? Onde se opera a próstata? Vamos ver se algum vereador me diz onde se opera a próstata. Nós não sabemos, nós não temos na ponta da língua onde é que se opera próstata. E próstata é o câncer do homem, o câncer do homem velho. Consta até que, se o homem passar dos cem anos, ele vai ter 100% de chance de ter câncer de próstata. Então nós temos que fazer uma intervenção, já que hospitais nós não temos dinheiro para construir, e não nos mandam dinheiro para construí-los, nós temos que achar um hospital para botar os velhos. Nem todos têm o dinheiro de uma aposentadoria, já que as aposentadorias no Brasil são miseráveis, não temos alguém que pague uma casa de cuidados de velhos, não temos gente com dinheiro, nosso salário não permite isso quando a gente se aposenta. O que me chama atenção, primeiro, precisamos ter o cuidado paliativo. O que é cuidado paliativo? É aquele cuidado em que nós não buscamos mais a cura, porque ela não existe mais, aí, sim, as pessoas ficam mofando, as pessoas viram verdadeiros vegetaizinhos nos lugares, e em casa elas não podem ficar, porque as pessoas têm que trabalhar, levar os filhos para o colégio, os filhos estão no colégio. Então precisamos fazer uma intervenção. Aí vou fazer meu desafio para a delegada e para nossa linda e querida Presidente Mônica: nós temos que fazer uma força para que, de alguma maneira, o governo intervenha numa região em que já exista uma construção. Nós não podemos imaginar que eles vão arrecadar dinheiro para construir um hospital, como aconteceu recentemente com o Hospital de Clínicas, que recebeu bastante dinheiro e fez um hospital que está meio parado, novinho em folha, mas que não inauguram. Nós precisávamos intervir em alguma região, e a minha intervenção é uma coisa que temos que pensar bem: é no Hospital Parque Belém. O Hospital Parque Belém, até determinado dia, tinha atendimento de ortopedia, tinha atendimento de cirurgia plástica, e daqui a pouco o hospital parou de atender e ficou só com 25 leitos psiquiátricos. Lá tinham aparelhos finíssimos, no Parque Belém, que nunca foram usados. Nunca foram usados os aparelhos! Eles começaram a doar os aparelhos, mas outros não vão ser doados porque estragaram. Por que fazer a intervenção? Justamente por isso. Qual é o motivo? Porque nós estamos precisando para internar velhos, nós estamos precisando para operar próstata, nós estamos precisando

para cuidados paliativos. Nós não temos, e os aparelhos todos foram embora. Só por isso, João Bosco Vaz, por termos perdido aquela fortuna em aparelhos, Ver.^a Mônica Leal, nossa Presidente amada. Nós temos que intervir, João Bosco Vaz, porque houve um cuidado com aparelhos, mas não aconteceu... Lá estavam os aparelhos todos; estão sendo doados os que ainda funcionam, os que não funcionam estão sendo colocados fora. Lá estão os nossos homens para operar a próstata, e nós não conseguimos. Lá estão as nossas pessoas... Eu acho que, quando a gente fala em velhos, a gente não pode pensar só em homes. Eu acho que pode ser o hospital do homem e da velhice, porque lá podemos botar as nossas mulheres que precisam de cuidados paliativos. Ainda outro dia, o Mendinho estava falando em cuidados paliativos e explicando o que é. São aquelas pessoas que não têm mais tratamento, que estão velhinhas e que precisam de uma sopinha na boca, precisam de um carinho, precisam de um beijo e de um abraço. Esses são os nossos velhos que precisam de cuidados paliativos. Não temos onde hospitalizá-los. Que seja no hospital que está fechado! Que a gente intervenha através do prefeito! Ele fez isso naquele espigão que não estava funcionando mais lá no Centro – há horas, eu vinha falando que era para dar casa para os pobres, para tirar os homens e as mulheres das ruas. Eles fizeram uma intervenção agora, recentemente, no Centro, naquele prédio, para tornar de utilidade pública. Nós temos que tornar o Parque Belém de utilidade pública. Temos que fazer uma intervenção forte. Há alguns aparelhos que ficaram lá para serem usados. Nós precisamos do hospital do velho, do homem e dos cuidados paliativos. O hospital é bonito, é direito. Por fora, parece um hospital muito velho, porque foi inaugurado na época de Getúlio Vargas, mas, por dentro, é um encanto. Eu preciso que os vereadores se unam a este vereador de terceira idade que vos fala. Eu preciso que o Mendinho, que agora defendeu a prematuridade, se preocupe com a prematuridade e com os velhos, preciso que ele esteja comigo. Mônica, Presidente, preciso que V. Exa. esteja comigo. Delegada, preciso da senhora. Meu povo, meus pastores queridos, minha bancada querida, meus amigos queridos, precisamos do hospital do idoso e do homem.

Agradeço, porque tem pouca gente, mas foi 100% a acolhida. Assim como houve intervenção para utilidade pública naquele prédio do Centro, vamos pedir que no hospital seja feita a mesma coisa. Parque Belém, nos espere que nós vamos operar os homens com câncer de próstata; vamos cuidar dos nossos homens e das nossas mulheres velinhas, que precisam de cuidados paliativos. Muito obrigado por terem acreditado na proposta deste homem.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito que o Ver. Mendes Ribeiro assuma a presidência dos trabalhos - abotoe o seu terno, que eu vou fingir que não vi que o senhor está sem gravata.

(O Ver. Mendes Ribeiro assume a presidência dos trabalhos.)

VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde a todos, é importante informar às pessoas que aqui nos assistem que o registro da gravata é muito simples: o Regimento Interno, a nossa lei, exige que os vereadores estejam de gravata, adequadamente, em Plenário, e eu levo muito a sério, porque essa é uma norma que o autor foi o meu pai, Pedro Américo Leal. Então, toda vez que eu olho um vereador sem gravata, eu faço sinal para que coloque a gravata.

Mas eu utilizo a tribuna, primeiro, muito emocionada com o Ver. Dr. Humberto Goulart. Dr. Goulart, eu entrei nesta Câmara como assessora da assessora, me tornei vereadora e hoje sou Presidente, mas sempre acompanhei o seu trabalho, eu sou uma admiradora do senhor! Primeiro, pelo seu trabalho maravilhoso como médico; médico responsável, preocupado com as pessoas carentes, sempre ligado nessa área social que realmente nos preocupa a todos. E por outro lado, eu me incomodo muito com a falta de políticas públicas do prefeito desta Cidade, que é o prefeito Marchezan! Muito simples eu digo: porque, no momento em que se aumenta o IPTU, o que nós assistimos? Pessoas de idade que têm apartamentos em bairros que a gente conhece, mas que tiveram um ganho patrimonial e que não tiveram um ganho salarial. E tijolo não paga conta! Essas pessoas sofrem com isso. Eu recebo no meu gabinete pessoas, eu recebo ligações, encontro pessoas nas ruas preocupadas com isso: como vão manter os seus gastos, o condomínio? Nós sabemos que as pessoas com mais idade mais gastam, mais remédios, o plano de saúde cada vez fica mais alto, cuidadores, tudo isso é preocupante. Se não bastasse tudo isso, nós agora assistimos na Câmara Municipal de Porto Alegre, a um projeto, para não dizer absurdo, inconstitucional, mesmo entrando essa medida provisória que entrou, que faz com que a profissão dos guardadores de carro se tornem clandestina, ilegal, que sequer foi aprovada, votada, também me preocupa, porque ali temos pessoas de idade. Tem pessoas que não são boas, que achacam. Em todos os segmentos temos pessoas boas e pessoas ruins, na medicina, na advocacia, na política, em todos, e nós vamos desempregar mais pessoas? Não bastando isso, nós vamos para os cobradores de ônibus, delegada. Quantas famílias nós vamos desempregar com esse projeto também do Executivo que quer acabar com a profissão de cobradores? São milhares de famílias, idosos, que também recebo no meu gabinete. Bancas de revistas, não sei se os senhores e as senhoras sabem que temos também um decreto, nesta Cidade, proibindo a instalação de bancas de revistas? Um decreto do prefeito que está lá não sei a quantos anos, há dez anos. E nós indo na Prefeitura, falando com o secretário, falando com o prefeito, utilizando a imprensa porque nós precisamos pensar nessas pessoas, no pequeno, humilde empresário que quer ter uma banca de revista, uma fruteira, enfim, não se consegue. Aí, diante de tudo isso, delegada, eu vejo o seu trabalho, eu vejo a Delegacia de Proteção ao Idoso de Porto Alegre com novas iniciativas, com procedimentos, o que me tranquiliza, o que tranquiliza todos nós. Mas não consigo me sentir tranquila frente ao comandante da minha cidade que não para de mandar projetos para cá, desempregando, preocupando a

população. Sim, o meu partido faz parte do governo, o vice-prefeito é do meu partido. Não significa que eu concorde com o que estão fazendo, muito pelo contrário, não concordo não! Eu fiz um juramento quando me tornei vereadora, eu trabalho pela população de Porto Alegre. Eu aprendi...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): ...desde muito cedo, eu tive um grande inspirador: Pedro Américo Leal. A boa política se faz atendendo às necessidades da população. Eu não consigo entender o que está acontecendo na nossa cidade. Políticas públicas, precisamos, sim, muitas, principalmente, delegada Cristiane, para os idosos. Todos nós seremos idosos. Eu tive um pai idoso. Cuidamos dele com todo o carinho, e quero dizer para vocês que essa é a fase mais frágil do ser humano, em que a pessoa não consegue se defender dos perigos, da segurança – nós não temos sequer segurança para uma pessoa que não é idosa, imaginem para pessoas idosas -, nós não temos saúde para as pessoas, para os idosos. Então, eu utilizo a tribuna aqui, delegada Cristiane e Ver. Alvoni Medina – nós temos um compromisso, já vou me retirar com o senhor, temos uma hora marcada -, para dizer que o trabalho dos senhores, o trabalho do senhor, o trabalho da senhora é extremamente importante, mas ainda falta muito. Eu espero, sinceramente, por Porto Alegre ser uma cidade com o maior número de idosos atualmente, que o prefeito desta cidade se conscientize disto, que, ao mexer em profissões de pessoas humildes, nós estaremos mexendo também com a vida de milhares de idosos. Muito obrigada. (Palmas).

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Muito obrigado, Presidente, Mônica Leal. O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PSC): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Não poderia deixar de falar sobre este tema, já que a gente, como igreja, fez tantos trabalhos e projetos dentro dos asilos. Quero parabenizar o Ver. Alvoni Medina não só pela temática, mas também pela indicação do Centro de Referência do Idoso para um projeto que já está em andamento, quero parabenizá-lo por esta sensibilidade de trazer esse projeto tão importante e que já está em andamento. A gente sabe que uma temática como essa alerta, principalmente as famílias que, muitas vezes, abandonam os seus idosos nas casas geriátricas. Cansei de ir a casas geriátricas e perguntar qual o maior presente que os idosos gostariam de receber: a visita, um abraço da família. Eu parabenizo a delegada, porque esse trabalho que vocês fazem, muitas vezes a família não tem noção do que acontece. Não é em todas as casas geriátricas, é claro, mas em muitas delas. Pegar o cartão do banco dos idosos, eu já vi, gastar o

dinheiro sem eles perceberem. O idoso, é bem interessante, muitas vezes, desejando um abraço, um carinho, um afeto, pessoas preparadas para isso acabam fazendo com que esse idoso perca todo o seu salário, todo o seu dinheiro. Eu quero parabenizar por esse trabalho, isso para nós, como Câmara Municipal de Vereadores, é verdadeiramente um alerta para as famílias, porque, neste momento, muitas pessoas estão vendo essa temática, e a gente sabe não só do cartão de crédito, mas também de empréstimos consignados que hoje têm sido feitos com a senha dos idosos, algo que eu tenho chamado atenção na Câmara Municipal, a questão dos empréstimos consignados e as táticas que se usam para enganar esses idosos, muitas vezes, vulneráveis. Isso é importante nós destacarmos aqui como Câmara Municipal e destacarmos também esse alerta para as famílias, e a acessibilidade, que é tão necessária principalmente, em órgãos públicos, lojas e tantos outros lugares. Quero fazer esse destaque e mais uma vez parabenizar o Ver. Alvoní Medina por esse momento tão especial que ele trouxe para nós, nesta quinta-feira, aqui na Câmara Municipal de Vereadores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Lourdes Sprenger assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): A Sra. Cristiane Pires Ramos está com a palavra para as considerações finais.

SRA. CRISTIANE PIRES RAMOS: Primeiramente, quero, mais uma vez, agradecer por esta oportunidade de poder apresentar um pouco do nosso trabalho. Dizer que esse trabalho está sendo feito há dez meses por mim, em razão da grande união que temos como equipe na delegacia. Somos poucos policiais, mas nos esforçamos muito, e há policiais ali que estão há mais de oito anos trabalhando com essa temática, que têm uma sensibilidade de trabalho diferenciada. Infelizmente, eles não podem estar presentes, porque, ontem e hoje, estamos fazendo uma paralisação da polícia civil em frente ao Palácio Piratini, em função das medidas do Governo. Eles estão lá mobilizados, respeito, pois é um movimento legítimo, e por isso não puderam estar presentes na tarde de hoje. Ouvindo as falas dos vereadores, e tenho um ouvido muito próprio de delegada, para tentar ouvir os problemas, quando alguém se dirige a mim, ou vem me contar alguma coisa, eu já fico esperando qual é o problema que ela está passando, porque isso é uma prática de quando alguém vem nos relatar alguma ocorrência, a gente já fica tentando pinçar como resolveremos aquilo. E o que mais me chamou atenção foi a fala do Ver. Dr. Goulart em relação à questão hospitalar. Nós, como delegacia de polícia, recebemos muitas vezes idosos perdidos; idosos com princípio de Alzheimer, que a família não reconheceu a doença, e que saem perambulando. São encontrados pela Brigada Militar e levados para a delegacia. Já tivemos a situação de uma idosa, que passou quase o dia todo na delegacia, porque, em razão da idade, já não havia possibilidade de identificá-la pelas digitais, ela não sabia dizer quem era, e por uma providência divina, uma vizinha foi lá registrar uma

ocorrência e encontrou aquela senhora. Só assim conseguimos encontrar os familiares dela. Mas, muitas vezes, e sobretudo com idosos do sexo masculino, essas situações nos levam à necessidade de abrigo e de acolhimento desse idoso, que, obviamente não é um trabalho a ser realizado pela Polícia Civil, mas é o encaminhamento que damos a esses idosos. Quando o idoso chega perdido, como num exemplo recente, em que um idoso, de Pelotas, pegou um ônibus e veio parar em Porto Alegre, e passou o dia andando pela cidade. Como a família era toda de Pelotas, ele precisava de alguém para passar a noite, aí começou o nosso calvário como delegacia, porque além do atendimento de registro de ocorrência, a gente tem uma dificuldade para fazer o abrigo. Isso aconteceu algumas vezes, nós já fizemos diversas reuniões com a FASC – Fundação de Assistência Social, para tentar, com a coordenação do idoso aqui de Porto Alegre, ajustar. Essa situação está melhorando, mas ainda é um problema grave. Porém, não é tão grave quanto o problema do acolhimento do idoso grau III, que é o idoso que necessita de todo o aparato de atendimento. Não existem vagas, hoje, em Porto Alegre, para acolhimento desse idoso que precisa de todo o atendimento de saúde, não existem vagas públicas. Muitas vezes, a gente acaba tendo que puxar o freio de mão para fazer uma fiscalização numa geriatria porque sabe que lá vai encontrar idosos que precisam desse tipo de acolhimento, e a gente não vai conseguir resolver isso. Então isso realmente é uma demanda que afeta também o nosso trabalho como Polícia Civil, porque nós precisamos ter essa tranquilidade. Da mesma que se trata uma criança, e aí eu trago a questão que a vereadora falou em relação ao excesso de creches e a necessidade de interdição desses locais há uns anos atrás. Nós temos um Conselho Tutelar já muito bem formado e muito atuante. Quando a gente tem alguma situação criminal que envolve crianças, nós, como polícia, não precisamos ter nenhum tipo de preocupação, a gente simplesmente sabe que se tiver uma criança em situação de risco, a gente vai acionar o Conselho Tutelar, que é um órgão vinculado ao Município, e isso vai ser resolvido. Então, a gente vai fazer a nossa parte, vai fazer a prisão, vai instruir um inquérito, e eu não preciso me preocupar se aquela criança precisa de hospital, se ela precisa de um abrigo ou se ela pode ser devolvida à família, essa preocupação que foge, realmente, das nossas atribuições, não nos impede de fazer nenhum tipo de trabalho. E com o idoso a gente percebe que existe uma diferença gritante, porque a rede de proteção ao idoso, não aqui em Porto Alegre, mas em todos os demais municípios, ainda não está bem formada. Com esse trabalho de reunião entre órgãos, do comitê interinstitucional do Poder Judiciário – a Dra. Clarissa estava aqui –, reunindo todos os órgãos, é exatamente isso que a gente está tentando fazer, fortalecer essa rede para quando eu receber um idoso vítima, que precisa, por exemplo, sair da sua casa, que ele tenha para onde ir de maneira muito fácil. Assim como hoje nós já temos abrigos para mulheres vítimas de violência doméstica, e a Delegacia do Idoso também atua na violência doméstica familiar. Em situações da Lei Maria da Penha, nós atuamos para desafogar também a Delegacia da Mulher, que tem um público muito expressivo, para que essas idosas possam ter um atendimento, às vezes, mais ágil, em razão que não concorram com mulheres de outras idades, então elas nos procuram, e nós damos esse atendimento. E quando a mulher vítima de violência doméstica necessita de

abrigo, previsto na Lei Maria da Penha, nós conseguimos dar esse abrigo, utilizando a rede de acolhimento da mulher vítima, como o Abrigo Viva Maria, dentre outros aqui de Porto Alegre. Porém nós temos muitas situações em que o homem é vítima de violência: de um neto, de um filho, de um sobrinho que mora na casa; ele é agredido, expulso de casa e, para esse homem, ainda há muita dificuldade no abrigo. Então, é necessário que a gente consiga fortalecer essa rede de atendimento, que se crie uma rede que seja pioneira aqui em Porto Alegre, porque isso nós não temos ainda em nenhum lugar formatado.

Essa questão do idoso, embora o estatuto seja antigo, é uma questão recente, mas que está batendo à nossa porta agora, e, de tantas palestras e de tantos eventos, de tantas ações que nós fazemos, a nossa estatística em número de ocorrências, este ano, vai aumentar expressivamente, porque as pessoas estão sabendo mais da existência da delegacia, estão nos procurando cada vez mais. Eu acho que esse é o caminho que nós estamos tentando trilhar, apesar de todos os obstáculos que nós temos.

O nosso trabalho já vem sendo visto fora de Porto Alegre, e, na segunda-feira, eu estarei também na Câmara de Vereadores de Caxias do Sul, uma das cidades que pretende ter uma delegacia especializada. Hoje, a gente não consegue mais abrir tantas delegacias em razão dos recursos, mas estão sendo feitos estudos de estatística em relação aos crimes contra maiores de 60 anos, para verificar que cidades poderiam também dispor de uma delegacia especializada, já que hoje nós temos somente aqui em Porto Alegre e em Santa Maria. Caxias é uma das cidades que pretende ter esse tipo de trabalho, e nós vamos apresentar um trabalho semelhante ao que tivemos aqui lá em Caxias, na segunda-feira.

Agradeço imensamente este momento que vocês me proporcionaram para poder falar um pouco do nosso trabalho, fazer um resumo do que foi este ano de 2019. Coloco a nossa delegacia à disposição de todos, no sentido de que tragam denúncias. Nós vamos apurar, nós vamos catalogar, trabalhamos efetivamente com questões do Disque-Denúncias. Como eu falei – eu uso muito esta expressão – é uma violência invisível. A violência contra o idoso muitas vezes chega para nós por denúncia anônima, então esse é um canal de denúncias que a gente se utiliza muito, e vocês podem, inclusive, indicar para as pessoas nas suas falas, porque, efetivamente, essa denúncia chega na delegacia e é apurada. Estão chovendo denúncias em relação a maus-tratos em geriatria, embora nós não trabalhemos especificamente em relação à fiscalização documental. Quando nós temos situações que envolvem maus-tratos, aí nós atuamos. O trabalho de fiscalização hoje é da vigilância sanitária e do Ministério Público. Estava presente aqui, por uma grande parte desta tarde, o Dr. Édis, Promotor de Justiça, que trabalha na fiscalização, e há bastante dificuldade, porque eles conseguem – e eu já ouvi essa fala da vigilância – fiscalizar as geriatrias que iniciam esse processo de regularização. As, efetivamente, clandestinas vão mudando o local, e era o que acontecia com algumas dessas que nós conseguimos a interdição, conforme a qualquer tipo de fiscalização. Então é um trabalho muito complicado e é um trabalho que precisa ser feito, precisa ser encarado. Muito obrigada a todos.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Convido o Ver. Alvoní Medina para comandar a homenagem. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h50min.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB) – às 15h52min: Estão reabertos os trabalhos.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0407/19 – PROJETO LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 020/19, de autoria da Ver^a Lourdes Sprenger, que inclui inc. V no *caput* do art. 45 da Lei Complementar nº 694, de 21 de maio de 2012 – que consolida a legislação sobre criação, comércio, exibição, circulação e políticas de proteção de animais no Município de Porto Alegre e revoga legislação sobre o tema –, e alterações posteriores, proibindo a utilização de cães em corridas.

PROC. Nº 0521/19 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 014/19, que inclui o § 18 no art. 5º da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973. **(Instituição/alíquota especial/IPTU para terrenos: loteamento regular ou condomínio horizontal.)**

PROC. Nº 0383/19 – MENSAGEM RETIFICATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 011/19, que altera o § 5º e os incs. I, II, III, IV, V, VI e VII do § 8º do art. 32 da Lei Complementar nº 765, de 8 de julho de 2015. **(Alteração/Cálculo/Gratificação/Atividade Tributária - GAT.) Com Emenda nº 01 ao Projeto.**

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0481/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 044/19, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre ao senhor José Teixeira de Brito.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h53min.)

* * * * *